

O arquivo central e a gestão digital no Ministério Público do Rio de Janeiro

The central archive and digital
management at Public Ministry
of Rio de Janeiro

LARISSA DA SILVA CANTO BASTOS

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, arquivista
no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

lcantobastos@gmail.com

ANNA CARLA ALMEIDA MARIZ

Doutora em Ciência da Informação, Professora Associada
da UNIRIO.

annacarla@unirio.br

RESUMO: A partir de inquietações acerca dos arquivos do futuro tendo em vista a transformação digital desenvolvida no MPRJ, surgiram os questionamentos sobre quais seriam as sugestões para a melhoria dos procedimentos arquivísticos no cenário digital de forma a garantir a integridade, acesso, e preservação dos documentos nato-digitais ao longo do tempo. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os conjuntos de documentos digitais, produzidos no decorrer das funções e atividades da Instituição, e o papel do Arquivo Central, a partir da identificação do cenário atual de transformação digital com a utilização de sistemas informatizados. Para isso foi realizada uma pesquisa aplicada, de enfoque qualitativo, e quanto aos procedimentos técnicos foram utilizados pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A análise permitiu identificar que atualmente o MPRJ tem se preocupado com a adoção dos requisitos para a gestão de documentos e privilegiado a utilização de recursos digitais na produção de registros e processamento automatizado da sua atuação. Os requisitos para os sistemas informatizados devem acompanhar as definições de políticas arquivísticas para a gestão, preservação e segurança dos objetos digitais e analógicos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo central. Transformação digital. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: From concerns about the future archives in view of the digital transformation developed in the MPRJ, questions arose about what would be the better way for improving archival procedures in the digital scenario in order to guarantee the integrity, access, and preservation of documents over time. In this way, the objective of this work is to reflect on the sets of digital documents, produced in the course of the Institution's functions and activities, and the role of the Central Archive, based on the identification of the current digital transformation scenario using computerized systems. For this, an applied research was carried out, with a qualitative focus, and as for the technical procedures, bibliographic, documentary research and case study were used. The analysis made it possible to identify that currently the MPRJ has been concerned with the adoption of requirements for document management and privileged the use of digital resources in the production of records and automated processing of its performance. The requirements for computerized systems must accompany the definitions of archival policies for the management, preservation and security of digital and analog objects.

KEYWORDS: Central archive. Digital transformation. Public Ministry of Rio de Janeiro.

Introdução

Este artigo é um dos resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que teve como campo empírico o Arquivo Central do Ministério Público do Estado de Rio de Janeiro (MPRJ). Seu objetivo é refletir sobre os conjuntos de documentos digitais, produzidos no decorrer das funções e atividades da Instituição, e o papel do Arquivo Central, a partir da identificação do cenário atual de transformação digital com a utilização de sistemas informatizados.

A metodologia adotada para a realização do diagnóstico do ponto de vista da sua natureza é uma pesquisa aplicada, quanto à demarcação do problema houve um enfoque qualitativo e quantitativo, sob o prisma dos seus objetivos a investigação é descritiva e explicativa, e quanto aos procedimentos técnicos foram utilizados pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso.

Para conhecer a realidade do arquivo central do MPRJ e da gestão de documentos, optou-se pela coleta dos dados a partir da realização de pesquisa bibliográfica e arquivística, visitas técnicas e a aplicação de questionários. Foram identificadas informações baseadas em pesquisa documental (resoluções, atas, portarias, etc.), sítios eletrônicos, visitas e a análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário no órgão.

Entende-se que em tese o arquivo tem papel vital no âmbito das instituições, nele estão armazenados registros das informações orgânicas em virtude de suas competências, funções e atividades. Uma gestão é eficiente à medida que dentre todas as outras funções regulares à instituição a gestão informacional e dos processos de trabalho estejam associadas, permitindo a realização do planejamento, monitoramento e controle de forma eficaz.

Delmas (2010, p. 21, grifo nosso), reconhece que “Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e **identificar-se**”. Concordamos com esta afirmação. Os arquivos são o registro fiel das ações acontecidas no passado, relatam acontecimentos. A partir deles é possível conhecer os atos da administração pública.

Segundo Adrian Cunnighan (2007, pp. 78-79), “os arquivos refletem e documentam a vida e as atividades do mundo real, e a realidade é complexa”. Diante desta afirmação e de inquietações acerca dos arquivos do futuro e tendo em vista a transformação digital desenvolvida no MPRJ, a questão principal deste artigo será analisar o campo empírico a partir de informações coletadas em um diagnóstico e refletir sobre recomendações para que sejam realizados procedimentos arquivísticos no âmbito digital de forma a

garantir a integridade, acesso, e preservação dos documentos nato-digiais ao longo do tempo.

De acordo com o art. 127 da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público (MP) é uma instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado. Tem como responsabilidade a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. No Brasil, é estruturado como instituição autônoma e independente, não está subordinada aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, garantindo-lhe condições de fiscalizar o cumprimento das leis.

O MPRJ ao longo da sua atuação tem priorizado a adoção de ferramentas tecnológicas em busca de uma atuação cada vez mais especializada e atenta as demandas e evolução social, em consonância com a sua missão institucional de defesa do estado democrático de direito e da constituição. Para alcançar os seus objetivos constitucionais têm utilizado ferramentas tecnológicas de gestão que permitam maior celeridade na entrega de resultados para a sociedade.

A origem do MPRJ é datada do ano de 1891, neste período, com sede na cidade de Niterói e jurisdição em todo o território do estado. Em seus 129 anos de história, passou por diferentes transformações políticas e administrativas, como a atuação em díspares regimes e locais físicos diversos, e os documentos que estão hoje sob a responsabilidade do seu Arquivo Central acompanharam essa trajetória histórica. Por meio deste artigo foram identificados os cenários atuais de transformação digital com a utilização de sistemas informatizados para produção de documentos nato digitais e o papel do Arquivo Central neste cenário disruptivo.

O Arquivo Central

A Gerência de Arquivo (GEARQ), é reconhecida como o “Arquivo Central” da instituição, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (2005, p.28), é “o responsável pela normalização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos de uma administração, assumindo neste cenário a centralização do armazenamento.” O Arquivo Central é totalmente vinculado ao *parquet*¹ fluminense e custodia documentos de toda a instituição.

Quanto a contextualização histórica do Arquivo Central, a idealização da GEARQ deu-se em 1998, em decorrência do planejamento das ações do Sistema de Documentação e Arquivo para o MPRJ. Neste momento caberia ao

órgão a coordenação do sistema que integraria os Sistemas de Protocolo, Arquivo e Documentação. Efetivamente, a proposta inicial do sistema de arquivos do MPRJ não foi concluída, tendo sido a GEARQ criada somente em 2000, como uma das iniciativas do Programa de Gestão de Documentos da época.

O órgão foi configurado com o objetivo de organizar, manter e controlar a documentação intermediária e permanente do MPRJ. No desenvolvimento do seu trabalho, a GEARQ realizou orientação técnica aos servidores quando necessário, além de palestras ressaltando a importância do trabalho de gestão de documentos para a memória da instituição.

No ano de 2004, os documentos do Ministério Público que estavam separados na cidade de Niterói, na Travessa do Ouvidor e na Avenida Nilo Peçanha foram transferidos para salas comerciais situadas nos bairros Méier e Olaria.

Os documentos considerados intermediários e permanentes ficaram divididos entre estes dois bairros até o ano de 2007, quando houve a centralização em um prédio para o arquivo no bairro do Santo Cristo.

A Gerência de Arquivo de acordo com o Manual de Competências do MPRJ é responsável pela custódia dos documentos que compõem o acervo intermediário e permanente da instituição. Atualmente está localizada na Rua Pedro Alves, nº. 187, em Santo Cristo, bairro portuário situado no extremo norte da Zona Central do município do Rio de Janeiro. A região fica no limite do centro da cidade com a Zona Norte e tem como vizinhos os bairros: Caju, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Cidade Nova, Centro e Gamboa.

Estão sob responsabilidade da GEARQ os documentos dos órgãos administrativos localizados no complexo sede, na cidade do Rio de Janeiro, e da documentação que é transferida pelos Centros Regionais de Apoio Administrativo Institucional (CRAAIs) localizados na região metropolitana e demais regiões do Estado.

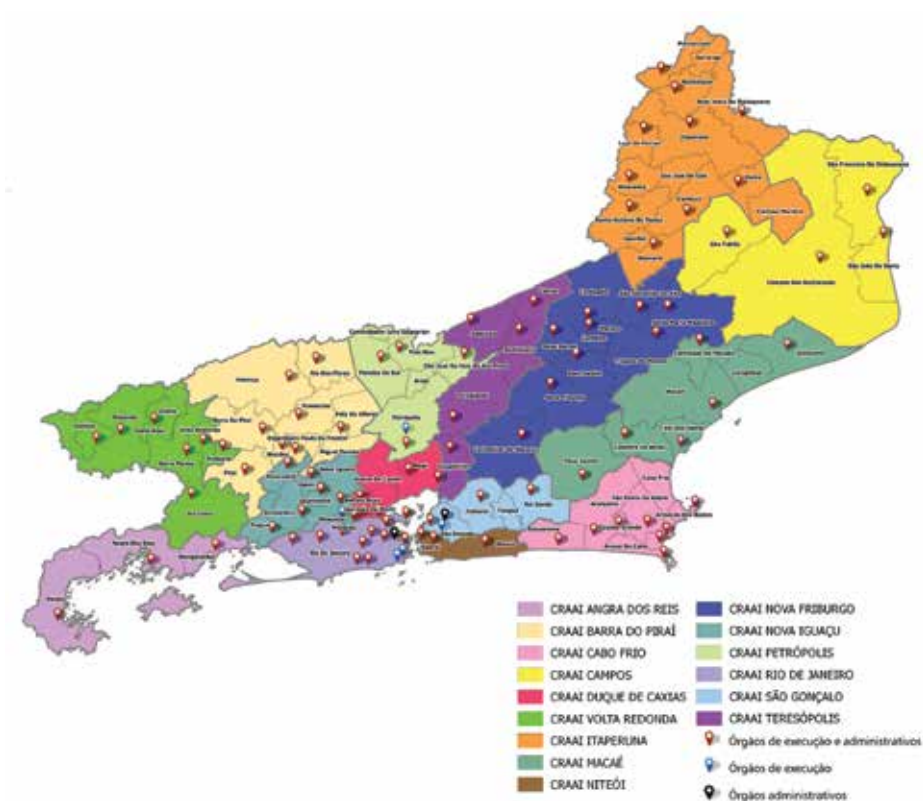
Em sua organização para o apoio administrativo e institucional o MPRJ dispõe de 15 CRAAIs. Essa divisão é considerada um incentivo à descentralização administrativa com a supervisão dos serviços, zelo do patrimônio e a intermediação entre os órgãos administrativos e promotorias e a Procuradoria-Geral. Esses órgãos são distribuídos de acordo com a dimensão populacional, numa arquitetura institucional direcionada ao melhor atendimento das demandas da sociedade do estado do Rio de Janeiro².

A divisão compreende os seguintes órgãos: CRAAI Angra dos Reis, Barra do Pirai, Cabo Frio, Campos, Duque de Caxias, Volta Redonda, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro,

São Gonçalo e Teresópolis. Os Centros Regionais contam em sua composição com órgãos administrativos (secretarias) e de execução (promotorias) e são formados pelas comarcas (municípios).

Os CRAAIs são representados na Figura 01 a partir de cores diferentes no mapa administrativo do Estado do Rio de Janeiro. Na mesma imagem é possível observar também, identificados por marcadores, os órgãos administrativos; os de execução e administrativos; e também, os órgãos somente de execução. Para uma melhor compreensão da visualização classificação adotada para os CRAAIs e as comarcas (municípios) respectivas que os compõem, foi elaborada a tabela que representa esta divisão no Quadro 1.

FIGURA 1 — Mapa do Rio de Janeiro com os Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional e Comarcas.



Fonte: MPRJ.

QUADRO 1 — Os Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional e suas respectivas comarcas.

CRAAI E COMARCAS — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL – RIO DE JANEIRO	
CRAAI	COMARCAS
ANGRA DOS REIS	Angra dos Reis/Mangaratiba/Paraty
BARRA DO PIRAI	Barra do Piraí/Engenheiro Paulo de Frontin Mendes/Miguel Pereira/Paty de Alferes/Piraí/Rio das Flores/Valença/Vassouras
CABO FRIO	Araruama/Armação de Búzios/Arraial do Cabo/Cabo Frio/Iguaba Grande/São Pedro da Aldeia/Saquarema
CAMPOS	Campos dos Goytacazes/São Fidélis/São Francisco/São João da Barra
DUQUE DE CAXIAS	Belford Roxo/Duque de Caxias/Magé/São João de Meriti
ITAPERUNA	Bom Jesus de Itabapoana/Cambuci/Italva/Cardoso Moreira/Itaocara/Itaperuna/Laje do Muriaé/Miracema/Natividade/Porciúncula/Santo Antônio de Pádua
MACAÉ	Casimiro de Abreu/Conceição de Macabu Macaé/Quissamã/Carapebus/Rio das Ostras/Silva Jardim
NITERÓI	Maricá/Niterói
NOVA FRIBURGO	Bom Jardim/Cachoeiras de Macacu/Cantagalo/Cordeiro/Duas Barras/Nova Friburgo/Santa Maria Madalena/São Sebastião do Alto/Trajano de Moraes
NOVA IGUAÇU	Itaguaí/Japeri/Nilópolis/Nova Iguaçu/Paracambi/Queimados/Seropédica
PETRÓPOLIS	Paraíba do Sul/Petrópolis/São José do Vale Rio Preto/Três Rios
RIO DE JANEIRO	Foro Central/Foros Regionais
SÃO GONÇALO	Alcântara/Itaboraí/São Gonçalo/Rio Bonito
TERESÓPOLIS	Carmo/Guapimirim/Sapucaia/Sumidouro/Teresópolis
VOLTA REDONDA	Barra Mansa/Itatiaia/Pinheiral/Porto Real-Quatis/Resende/Rio Claro/Volta Redonda

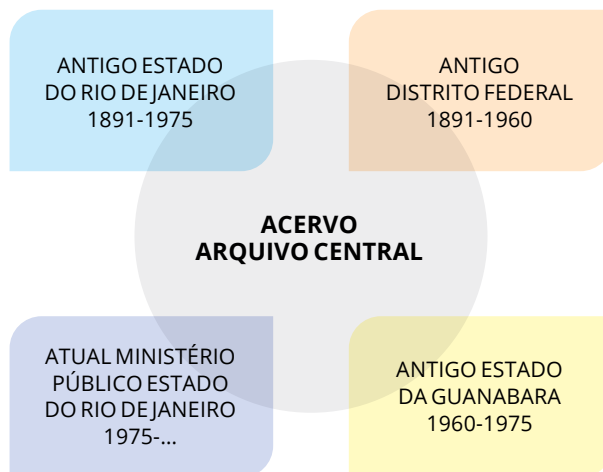
Fonte: Elaboração própria.

O acervo do Arquivo Central possui também fundos formados por documentos do antigo Ministério Público do Distrito Federal; a documentação do extinto Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. E, além disso, séries documentais que, a partir da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara, foram organizados por: Tutela Coletiva, Infância e Juventude, Central de Inquéritos, Organização e Funcionamento, Ofícios do Gabinete do Procurador Geral de Justiça etc. Além das séries da atividade-meio da instituição: Recursos Humanos, Controle, Gerência de Comunicação, Assessoria de Comunicação etc.

Ainda integram a série de Recursos Humanos, os documentos mais antigos do conjunto formados por encadernados com os termos de posse dos membros do antigo Estado do Rio de Janeiro, que remontam ao ano de 1891, ano de fundação do *parquet* fluminense. Essas séries são importantes, pois identificam os primeiros agentes da instituição.

Os documentos que foram acumulados ao longo dos anos e que estão no Arquivo Central registram os diferentes contextos que a instituição passou — Ministério Público do Distrito Federal; do extinto Estado da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro e o atual *parquet* fluminense, após a Constituição de 1988. Diante disso, verificou-se que vários foram os locais físicos em que a instituição esteve localizada. As diferentes mudanças de sedes bem como a ausência de normatização e políticas definidas quanto a gestão e preservação dos registros, pode ser uma das razões para que haja lacunas na documentação que se encontra hoje acumulada na GEARQ.

FIGURA 2 — Fundos do Ministério Público que estão no Arquivo Central



Fonte: Elaboração própria.

O arquivo Central, conforme demonstrado na figura 02, representa ao longo de sua formação, o parquet fluminense, com todas as suas mudanças institucionais, administrativas e físico-estruturais. Acredita-se que os diferentes locais que o MPRJ passou, podem ter ocasionado perdas e dispersão de documentos, e motivado o desconhecimento da completude do acervo que está sob a guarda da GEARQ. Além disso, o fato de aparentemente não haver, desde a sua fundação, procedimentos arquivísticos padronizados para o tratamento dos documentos intensifica esta questão.

Este Arquivo Central quando pensado na perspectiva do lugar nos remete aos diferentes espaços físicos que o MP do Rio de Janeiro esteve ao longo da sua história. Atentando-se para o fator histórico do MPRJ ter sido MP do antigo Estado do Rio de Janeiro, MP do antigo Distrito Federal; do extinto Estado da Guanabara e o atual parquet fluminense com as garantias e especificidades impostas pela Constituição de 1988.

Os documentos arquivísticos e a transformação digital

Com o avanço do conhecimento e as transformações da sociedade, a produção de informações é cada vez maior. Neste cenário os princípios da gestão de documentos são fundamentais e o alicerce para as ações de preservação que devem acontecer desde o momento da produção dos registros até a sua destinação final.

Preocupações neste sentido, principalmente quando se trata da preservação dos documentos em suporte digital — reconhecendo a sua fragilidade — são urgentes. Os novos objetivos da preservação dos arquivos, acompanham o movimento de mudança da sociedade refletidos nas novas dimensões de utilização dos documentos.

Originalmente, a preservação nos arquivos visava a manutenção dos títulos de propriedade e de direitos; depois passou a se preocupar com a memória institucional; mais tarde, passou a fonte da história. Hoje, o uso dos arquivos remete a uma enorme gama de possibilidades e a preservação somente tem sentido se for para assegurar a comunicação da informação. (DELMAS, 2001, pp. 29, 36 apud SILVA, 2008, pp. 102-103).

A permanência de um documento ao longo do tempo é determinada por uma série de fatores que devem ser observados: a composição dos materiais que o objeto é feito, as condições ambientais, sua utilização, e intervenções sofridas como a restauração. Atentando para essas questões uma série de áreas do conhecimento interferem e contribuem neste processo.

Arquivos não são depósitos de papéis. Representam conjuntos documentais que materializam ações que podem ser utilizadas por usuários internos e pela sociedade em geral como fonte de prova e para a pesquisa, “os documentos e, por extensão, os arquivos, são uma das melhores máquinas de memória disponíveis para a humanidade. Cada perda documental produz uma amnésia geralmente irreversível”. (BOADAS I RASET, 2006, p. 16, tradução nossa). Os documentos de arquivo evidenciam diversidade e memória.

As escolhas realizadas pelas instituições determinarão o futuro do acesso aos seus registros e definirão o que permanecerá como a sua memória. O acesso aos documentos públicos é um direito intimamente ligado a garantia da cidadania. Conforme os princípios da Lei nº 12.527/2011, a

transparência e o acesso devem ser a regra, e o sigilo a exceção. A adoção dos procedimentos de gestão é vital para a garantia do acesso pleno as informações.

A modernização da sociedade estimula as práticas arquivísticas a se adaptarem constantemente as realidades sociais vinculadas as ferramentas tecnológicas. O ambiente digital promoveu uma nova configuração ao fazer arquivístico. Os arquivos podem participar de maneira dinâmica do processo de modernização. As instituições ausentes desse processo de transformação serão secundárias.

A adoção de ferramentas tecnológicas, para otimização das atividades do MPRJ estão sendo impulsionadas por meio o projeto coordenado pela Secretaria de Tecnologia da Informação, chamado de “MP Digital”. O planejamento estratégico, 2020–2027, pretende reafirmar a sua missão institucional por meio de uma gestão moderna e inovadora. O novo período, identificado como “Gestão Digital” pretende modernizar a atuação ministerial e promover uma maior integração entre os órgãos institucionais, a partir do uso de tecnologias que permitam ganhos em produtividade e consequentemente resultados efetivos para a sociedade.

A aplicação de ferramentas tecnológicas pelos arquivos é uma grande oportunidade para otimização das funções administrativas e difusão dos seus acervos. A promoção de serviços por meio da internet aproxima a sociedade deste ambiente, por vezes distantes dos cidadãos, estimula a curiosidade e promove a identidade das instituições, bem como o sentimento de pertencimento e aproveitamento por parte dos usuários.

A questão central pressupõe que se discuta planejamento, conhecimentos técnicos necessários, criatividade para lidar com situações adversas, estabelecimento de alianças com outras áreas do conhecimento e parceria com outras instituições e universidades na produção de conhecimento e inovação. Essas iniciativas atreladas, embasadas em políticas de gestão de documentos e preservação, promovem o aperfeiçoamento dos serviços em arquivos e impulsionam a sua representatividade na sociedade na defesa do seu patrimônio cultural.

Schellenberg (2006), ao analisar o controle da produção de documentos pelas instituições públicas do governo federal dos Estados Unidos faz críticas ao relatar que são produzidos documentos desnecessários. Comparando este caso com a realidade do Brasil, observa-se que em muitas instituições públicas este fato também é recorrente. Para minimizar os impactos da produção desmedida dos documentos, faz-se necessária a simplificação

das “funções, dos métodos de trabalho e da rotina da documentação adotadas nas diversas repartições”. (SCHELLENBERG 2006, p. 77)

O autor apresenta três níveis de responsáveis pela questão da produção de documentos: no primeiro nível estão os gestores incumbidos das decisões, ou seja, a alta administração; no segundo nível estão os funcionários que atuam de maneira operacional, executando as funções da instituição; e no terceiro nível os “encarregados dos documentos”, profissionais que trabalham com os arquivos oferecendo assessoria técnica nos assuntos referentes aos documentos, ou seja, os arquivistas.

A produção de documentos será gerida pela alta administração na coordenação das ações realizadas pelas duas outras partes envolvidas, desta maneira, os funcionários/ corpo administrativo, atuarão em parceria com os arquivistas, estes últimos, desenvolvendo o trabalho intelectual de identificação do contexto de produção para a criação das regras e orientação às demais partes envolvidas. Em síntese, a responsabilidade pela produção dos documentos pode ser representada na figura a seguir por meio do diálogo entre os diferentes atores: alta administração, corpo administrativo, e especialistas em arquivologia/ arquivistas.

FIGURA 3 — Responsáveis no processo de produção dos documentos



Fonte: Elaboração própria.

Diante disso, cabe destacar que a função arquivística produção perpassa por diferentes níveis das instituições, os quais devem exercer suas funções de maneira equilibrada, com o objetivo de criar normas e padronizar os atos, garantindo a conscientização e racionalização da produção.

Cabe ao arquivista, enquanto especialista nesta área, dialogar com a alta administração, elaborar os modelos dos documentos e validar e orientar os executores à medida que seja necessário registrar alguma nova rotina da instituição. Este trabalho em parceria refletirá na qualidade dos documentos produzidos.

Resultados

Para conhecer a realidade do arquivo central do MPRJ e da gestão de documentos, optou-se pela coleta dos dados a partir da realização de pesquisa bibliográfica e arquivística, visitas técnicas e a aplicação de questionários. Foram identificadas informações baseadas em pesquisa documental (resoluções, atas, portarias, etc.), sítios eletrônicos, visitas e a análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário na GEARQ visando identificar o cenário atual de transformação digital com a utilização de sistemas informatizados.

Os dados coletados foram registrados, analisados e interpretados. Em seguida, foi realizada a sistematização das informações identificadas nos instrumentos de coleta, de forma a relatar as práticas atuais acerca dos serviços arquivísticos no que se refere à informatização realizada no âmbito do Arquivo Central do MPRJ.

O instrumento para o recolhimento de dados foi construído após a realização de visitas técnicas para observação do campo empírico e conversas com os funcionários sobre o acervo e os serviços arquivísticos desenvolvidos. As perguntas foram elaboradas de forma que fosse possível a verificação do cenário atualizado do Arquivo Central e consequentemente a análise das possíveis problemáticas.

A preparação da coleta de dados deu-se, a partir da identificação de pessoas que atuam nos arquivos do MPRJ. As informações quanto as suas identidades foram resguardadas a partir de um compromisso junto aos entrevistados. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários e pesquisa de campo.

A aplicação do questionário foi direcionada aos funcionários que atuam particularmente no Arquivo Central, independente das posições hie-

rárquicas. O questionário foi aplicado na Gerência de Arquivo do MPRJ no mês de julho de 2019. Os dados obtidos foram examinados criteriosamente em observância as informações coletadas durante as visitas realizadas no órgão. Neste artigo são analisadas a seguir as perguntas que consideram os assuntos referentes aos documentos digitais:

4.6. Visto que a Gerência de Arquivo é responsável pela guarda dos documentos intermediários e permanentes do MPRJ, há recolhimento/transferência dos documentos digitais de guarda permanente? SIM/NÃO

4.10. Há no âmbito da GEARQ tratamento técnico específico para os documentos digitais? SIM/NÃO

5.1. Atualmente os recursos tecnológicos disponíveis na GEARQ são suficientes para o desempenho das atividades da gerência? SIM/NÃO

5.2. Caso a resposta da pergunta anterior seja negativa, por quê?

6.3. Há algum sistema para recuperação das informações? SIM/NÃO

6.3.1. Se a resposta anterior for afirmativa, qual sistema? _____

Em registros das reuniões da Comissão de Avaliação de Documentos é percebido a preocupação com o armazenamento adequado dos documentos transferidos em diversos suportes e formatos para a GEARQ. Apesar da temática ainda ser incipiente, desde 2009, os documentos nato-digitais e digitalizados já eram uma realidade que carecia de debates quanto aos benefícios e riscos, ratificando a cultura tecnológica da instituição.

Portanto, pode-se perceber que um dos grandes desafios é a produção eletrônica de documentos e informações. Atualmente eles constituem instrumentos fundamentais para o apoio administrativo na tomada de decisão. Para isso, faz-se necessária a adoção de procedimentos de controle de modo a garantir a fidedignidade, a integridade e a autenticidade desses documentos, bem como o seu acesso contínuo. Esses registros, enquanto prova das atividades realizadas, devem ter o tratamento arquivístico adequado. Devido à obsolescência tecnológica e a fragilidade do suporte digital, os documentos digitais estão constantemente correndo riscos de se dissiparem as informações registradas e inviabilizar, portanto, a disseminação do conhecimento, a transparência da atuação do MPRJ pela sociedade e a sua memória.

A partir da promoção de uma política e a adoção dos procedimentos de gestão de documentos em toda a instituição provavelmente será possí-

vel perceber melhorias no tratamento dos registros. E, conseqüentemente, a diminuição dos riscos de perda da informação, agilidade e segurança nos processos decisórios, ganhos em produtividade, e redução dos documentos sem o tratamento adequado. Ademais, é necessário que a institucionalização dos instrumentos arquivísticos seja a base para os sistemas informatizados, garantindo o controle de ciclo de vida e a destinação adequada também ao digital.

Tão importante quanto pensar em estratégias tecnológicas de promoção de maior celeridade para na administração pública é o estabelecimento de políticas públicas efetivas, as quais perpassam pelo reconhecimento das instituições públicas enquanto detentoras de informações de interesse da sociedade.

Principais desafios e recomendações

Tendo em vista que a GEARQ é o órgão responsável pela guarda dos documentos intermediários e permanentes do MPRJ foi perguntado, item 4.6, se há transferência ou recolhimento de documentos digitais de guarda permanente. A resposta foi negativa.

Sobre a iniciativas para o tratamento dos documentos digitais, foi questionado, item 4.10 se há no âmbito da GEARQ tratamento técnico específico para documentos neste suporte. A resposta foi negativa.

Portanto, sobre o tratamento específico para os documentos digitais ainda não há medidas para a sua manutenção ao longo do tempo, apesar de estarem sendo produzidos pela instituição.

Quanto à utilização de ferramentas tecnológicas que apoiem os serviços arquivísticos desenvolvidos, no âmbito da GEARQ, foi questionado, item 5.1, se atualmente os recursos tecnológicos disponíveis são suficientes para o desempenho das atividades. Foi respondido por um entrevistado que não, e por três que sim, são suficientes.

Os que responderam que são suficientes complementaram que há trabalhos em desenvolvimento para a utilização de outros recursos tecnológicos. Além disso, foi comentado que para as atividades atuais são suficientes, porém não são ideais para preservação e acesso dos documentos.

Foi questionado também se há algum sistema para recuperação das informações, item 6.3. A resposta foi positiva. O sistema Módulo Gestão de Processos (MGP) é utilizado para controle dos documentos cadastrados, a

partir desta ferramenta é possível identificar monitorar a localização dos documentos sob a guarda da GEARQ.

Tendo em vista que a GEARQ é o Arquivo Central, é que neste contexto o arquivo é compreendido como o responsável pela custódia dos documentos, todos os registros do MPRJ nas fases intermediárias e permanentes, independentes do suporte, em tese, deveriam estar sob a sua responsabilidade. Porém, isso não acontece na prática. Apesar de serem produzidos cada vez mais documentos digitais, a GEARQ atualmente não participa do planejamento das ações de guarda e preservação dos documentos neste suporte. Uma das competências do órgão é a “preservação dos documentos de valor histórico-institucional” (MPRJ, 2017). Com esta definição entende-se que os documentos, inclusive os digitais, por meio da avaliação, devem ter garantida a sua preservação, por meio de um Repositório Arquivístico confiável.

Além disso, o MPRJ implantou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como uma das ferramentas para a modernização administrativa e a substituição do papel. A plataforma possibilita a produção e tramitação de documentos administrativos digitais. Entretanto, o SEI não considera questões arquivísticas, como os requisitos essenciais para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), recomendado pelo modelo e-ARQ³.

Percebe-se que a produção de documentos e informações em formato digital é cada vez maior. A gestão desses documentos é fundamental para garantir o controle do que é produzido e do que deve ser preservado, a partir do planejamento de ações de forma multidisciplinar.

Estes tipos de documentos requerem cuidados específicos, tendo em vista a sua fragilidade. Destacamos sobre a temática o trabalho do projeto de pesquisa Interpares⁴ e o guia de recomendações *Open Archival Information System (OAIS)*⁵, como iniciativas que são reconhecidas internacionalmente. Ambas, propõem modelos para preservar e garantir o acesso aos documentos arquivísticos digitais a longo prazo.

Por fim, de forma a adequar-se ao instrumento normativo na competência de preservar os documentos de valor histórico-institucional, e se atentar para o arquivo enquanto lugar de centralização dos registros para salvaguarda e acesso, recomenda-se estudos acerca da preservação digital com a adoção recolhimentos para repositórios específicos. Além disso, é indispensável o debate sobre os requisitos essenciais que os sistemas informatizados devem possuir para manter, tramitar e destinar de maneira segura, autêntica e confiável os documentos nato-digitais. Essa reflexão é neces-

sária, principalmente com a expectativa futura do modelo de “Ministério Público Digital”, apresentado pelo planejamento estratégico institucional.

As políticas públicas de arquivo são conjuntos de decisões e ações para a produção, o uso e a preservação da informação arquivística considerando os aspectos administrativo, legal e tecnológico. Seus objetivos devem ser pautados pela garantia do direito constitucional de acesso do cidadão à informação, pelo apoio à administração e à proteção da memória.

Nesta perspectiva, a transparência e o acesso às informações públicas são um direito dos cidadãos, e para que seja possível são necessários procedimentos de gestão de documentos eficazes e abrangentes. A política de gestão de documentos é uma decisão estratégica institucional para a apresentação de definições, diretrizes e responsabilidades sobre o tema. A adoção da política deve estar em consonância com os dispositivos legais, bem como da resolução CNMP nº 158/ 2017, que institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público. A definição da política de gestão dos documentos é uma oportunidade de aplicar as disposições legais às rotinas de produção, uso e preservação dos documentos.

A implementação do conjunto de ações reafirma o compromisso do MPRJ no fomento da gestão dos documentos, para a garantia da transparência. Deste modo, fortalece a sua missão institucional regimentada no art. 127, da Constituição Federal de 1988, de “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Neste cenário a responsabilidade com o diálogo e a normatização de metodologias arquivísticas é fundamental. Por fim, a adoção de procedimentos de gestão de documentos e preservação para os documentos digitais promove a cidadania e a garantia dos direitos preconizados na Constituição e fortalece a governança pública.

Conclusão

A pesquisa em questão pretendeu apresentar sugestões para a melhoria dos procedimentos arquivísticos no cenário digital de forma a garantir a integridade, acesso, e preservação dos documentos nato-digitais ao longo do tempo, a partir de inquietações acerca dos arquivos do futuro tendo em vista a transformação digital desenvolvida no MPRJ. Fez parte de uma pesquisa mais ampla que reconheceu o papel do MP no cenário fluminense, a partir dos processos de formação do seu acervo, as influências políticas e intelec-

tuais, as divergências de ideias, as ações quanto ao emprego de metodologias de gestão de documentos e as formas como o Arquivo Central se materializou e desenvolveu desde a sua criação até os dias de hoje.

O Arquivo Central do MPRJ acumula documentos de toda a instituição, reflete seu modo de agir e de registrar seus atos, ou seja, é o espelho de todo o *parquet* fluminense e possui propósito em existir. Em se tratando de instituições públicas, seus documentos são de interesse de toda a sociedade. Com isso a gestão de documentos e dos arquivos tem papel estratégico para a transparência das ações para o fortalecimento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Os estudos voltados para as ações de gestão de documentos realizados no MPRJ, permitiram o conhecimento de um panorama no período de 1997-2018. Desta forma houve o registro das ações desenvolvidas e o resgate da memória quanto aos procedimentos de gestão de documentos. Além disso, também foi analisado o cenário da gestão de documentos na instituição a partir dos requisitos do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da UNESCO. A partir da revisão bibliográfica dos níveis de aplicação dos programas de gestão de documentos foi identificado o nível de maturidade dos serviços de gerenciamento de documentos no MPRJ.

Os critérios propostos pela UNESCO e a análise do campo empírico auxiliaram na apreciação das ações realizadas e nas ausências quanto ao papel fundamental que a gestão de documentos compreende no sentido de possibilitar que as informações estejam organizadas e acessíveis, e para que haja a racionalização e economia de recursos.

A análise permitiu identificar que atualmente o MPRJ tem se preocupado com a adoção dos requisitos para a gestão de documentos e privilegiado a utilização de recursos digitais na produção de registros e processamento automatizado da sua atuação. Porém, sob a perspectiva arquivística os sistemas para produção e gestão de objetos digitais devem ter funcionalidades que permitam o controle do ciclo de vida dos registros, além da garantia da autenticidade e a interoperabilidade com repositórios digitais confiáveis.

Para que o MPRJ esteja no nível máximo de maturidade conforme o preconizado pelo estudo da UNESCO, é necessário que os princípios arquivísticos acompanhem a mudança do suporte da informação. Os requisitos para os sistemas informatizados devem acompanhar as definições de políticas arquivísticas para a gestão, preservação e segurança dos objetos digitais e analógicos.

O Arquivo Central é o reflexo de acúmulos de documentos das atividades meio e fim de diversos órgãos do MPRJ ao longo dos anos. Nele pode-se ver o reflexo da memória da atuação do parquet representada por seus documentos. Para tanto, é necessário entender de fato o contexto de formação da instituição, sua estrutura e o que este Arquivo representa. Este trabalho pretende fomentar, por meio do conhecimento das ações de gestão de documentos no MPRJ e o diagnóstico no que se refere à sua atuação em relação aos documentos em formato digital e os desafios que estes demandam.

Notas

1 Para fins deste trabalho poderá ser utilizado o termo *parquet* como sinônimo de Ministério Público. Este vocabulário é de origem francesa e faz referência ao pequeno espaço reservado, “petit parc”, aos membros do Ministério Público, que faziam seus pronunciamentos em uma espécie de cancela nos tribunais franceses. Para mais informações ver a publicação: ARAS, Vladimir. O parquet e o chão do Fórum. Disponível em: <https://vladimiraras.blog/2013/12/31/o-parquet-e-o-chao-do-forum/?fbclid=IwAR0nPLKtZf34GCsRrhLx1BTd1scOITokdTrrcZHGUXb0nhVL3AhJ7KGI0Ko/>. Acesso em: 18/11/2018.

2 Para um maior aprofundamento do funcionamento dos Centros Regionais de Apoio Administrativo – CRAAIs, ver o programa “Por Dentro do MPRJ”, no canal oficial do MPRJ no Youtube. Por ter sido publicado em 7 de abril de 2016, ressalta-se que os dados estatísticos apresentados no vídeo estão desatualizados. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC5xDmO985RQmSjUoJ9RgclA>. Acesso em: 13/11/2018.

3 e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.

4 As publicações do projeto estão disponíveis em: <http://www.interpares.org/welcome.cfm>. Acesso em: 25/06/2018.

5 O modelo de referência OAIS pode ser visualizado em: <https://www.dpconline.org/docs/technology-watch-reports/1359-dpctw14-02/file>. Acessado em: 25/06/2018.

Referencias Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística – DIBRATE**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BOADAS I RASET, Joan. “Archivos: planificar, gestionar, actuar!”. In: **El archivo, ¿um servicio público?**. Libro de Actas del Congreso de Archivos de Canarias. La Oliva, Fuerteventura. pp. 421-470. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06/11/2017.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12/07/2018.

CUNNINGHAM, Adrian. “O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF)”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, pp. 77-92, jan.-dez. 2007. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/74/74>. Acesso em: 23/12/2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Resolução n. 158, de 31 de janeiro de 2017. **Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos**. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-158.pdf>. Acesso em: 06/11/2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. pp. 17-54.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – MPRJ. Resolução n. 2.145,

de 29 de agosto de 2017. **Reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério Público e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ. 2017. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/418924/resolucao_2145.pdf. Acesso em: 28/08/2019.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Recebido em: 01/11/2020
Aprovado em: 30/11/2020